

**SOBRE A PERTINÊNCIA DO FEMINISMO PARA A INVESTIGAÇÃO  
FILOSÓFICA: RESPOSTAS A SUSAN HAACK****ON THE RELEVANCE OF FEMINISM FOR PHILOSOPHICAL INVESTIGATION:  
RESPONSES TO SUSAN HAACK**Rafaela Missaggia Vaccari<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo deste artigo é apresentar as críticas de Susan Haack à filosofia feminista e algumas respostas a essas críticas, incluindo a minha. Para tanto, primeiro ofereço um panorama da filosofia de Haack seguido de um recorte: analiso seus posicionamentos específicos com relação à epistemologia feminista e exponho as principais reações a tais posicionamentos. Em um segundo momento, ofereço uma resposta alternativa a Haack desde o ponto de vista da história feminista da filosofia. Ao focar especialmente na recuperação e possibilidade de canonização das mulheres filósofas, defendo que a investigação em história da filosofia, tal como engendrada pelo feminismo, tem como resultado o oposto do que Haack suspeita: trata-se de em uma investigação que preza pela verdade, democrática, honesta, e não se reduz à promoção parcial de interesses e justiça social. A redescoberta de obras de mulheres ao longo da história da filosofia e a subsequente possibilidade de sua inclusão no cânone proporcionam um conhecimento mais fidedigno da própria história da disciplina – o que atesta a pertinência da empreitada em si mesma, bem como de sua participação no rol das respostas a Haack. O artigo conclui com a apresentação de alguns casos de filósofas em processo de recuperação e canonização.

**Palavras-chave:** filosofia feminista, mulheres na filosofia, história da filosofia, cânone

**Abstract:** *The aim of this paper is to present Susan Haack's critiques of feminist philosophy and some responses to these critiques, including my own. I first offer an overview of Haack's philosophy followed by later focusing on her specific positions regarding feminist epistemology and presenting the main reactions to such positions. In a second moment, I offer an alternative response to Haack from the perspective of the feminist history of philosophy. By focusing especially on the recovery and the possibility of canonization of women philosophers, I argue that research in the history of philosophy, as engendered by feminism, results in the opposite of what Haack suspects: it is a research that seeks truth, democracy, honesty, and does not amount to promotion of partial interests and social justice. The rediscovery of women's works throughout the history of philosophy and the subsequent possibility of including them in the canon provides a more reliable knowledge of the history of the discipline itself – which attests to the pertinence of the endeavor as well as of its role as a response to Haack. The paper concludes with the presentation of some cases of women philosophers in the process of recovery and canonization.*

**Keywords:** *feminist philosophy; women in philosophy, history of philosophy, canon*

---

<sup>1</sup> Bacharela em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, 2021) e graduanda em Direito pela Universidade Franciscana (UFN). O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

## Introdução

“Nós não sabemos precisamente o que a história da filosofia é, mas sabemos que não é o que pensávamos que fosse”, afirmou recentemente Mary Ellen Waithe (2020, p. 6). A frase reflete, em síntese, o estado da arte que o trabalho feminista tem legado à história da nossa disciplina. Ao longo das últimas quatro décadas, filósofas feministas expuseram os vieses sexistas dos filósofos canônicos e questionaram a suposta inexistência de figuras femininas na tradição filosófica. Não foi só a história da filosofia, entretanto, que passou pelo escrutínio feminista. Utilizando *gênero* como categoria analítica, pensadoras feministas propuseram discussões até então ausentes, ou ao menos silenciadas, em todos os campos. Vejamos alguns exemplos: na filosofia política, o trabalho de Carole Pateman (1988) revisa a teoria do contrato social desde a perspectiva das mulheres; Iris Young (2005) desafia a descrição universalista da experiência humana elaborada pela tradição fenomenológica, afirmando que o modo como mulheres experienciam o mundo difere do dos homens; Carol Gilligan (1982) questiona a tendência em considerar somente homens como sujeitos das teorias morais tradicionais; Merrill e Jaakko Hintikka (2004) analisam os preconceitos sexistas presentes na linguagem; Sally Haslanger e Ásta (2018) afirmam que as próprias categorias metafísicas têm implicações de gênero; o feminismo também opera questionando as afirmações, conceitos e métodos científico-epistemológicos tradicionais, como exemplificado pelo trabalho de Sandra Harding (1991).

Muito embora a união entre filosofia e feminismo esteja em um constante e robusto processo de ampliação e consolidação, tais associações nem sempre são estimuladas. Os tópicos de discussão e os métodos investigativos desenvolvidos por teóricas feministas foram alvos de diversas críticas na filosofia. Um caso emblemático dessas críticas é o de Susan Haack – para quem a tarefa da filosofia é *descobrir coisas*, isto é, conquistar conhecimento verdadeiro. Para Haack, a segurança desta descoberta depende da superação de qualquer influência subjetiva, como valores políticos. Na contramão de toda literatura filosófico-feminista, Haack argumenta que a investigação filosófica *é e deve ser* isenta no que respeita a tais valores, uma vez que seriam irrelevantes para conduzi-la e, além do mais, prejudiciais, sendo capazes de distorcê-la e corrompê-la. Ora, posto que o feminismo é uma empreitada de valor eminentemente político, a filósofa argumenta ser impossível conciliar uma investigação informada por valores feministas com a busca pela verdade. Assim, para Haack, filósofas feministas se engajam no processo investigativo apenas com o intuito de promover os interesses das mulheres e fazer justiça social. Uma investigação filosófica cujo método é feminista, portanto, resulta em uma investigação totalitária, desonesta, parcial e não genuína.

Haack critica a filosofia feminista como todo, embora atente especialmente às abordagens feministas em epistemologia. Suas críticas, como era de se esperar, provocaram diversas reações. Neste artigo, forneço uma resposta a Haack a partir de alguns resultados do engajamento feminista com a história da filosofia. Tendo em vista especialmente a recuperação e canonização das mulheres filósofas, que objetiva não somente remediar as injustiças cometidas contra essas figuras e suas obras, mas também fornecer uma visão mais ampla e verdadeira dos desdobramentos históricos da filosofia, argumento que o feminismo é pertinente para a investigação filosófica genuína. Assim, concluo, contra a acusação de Haack, que o feminismo se mostra relevante e necessário para obtermos um conhecimento genuíno, democrático, honesto e imparcial da história da nossa disciplina.

O artigo está estruturado em três partes: na primeira, realizo uma breve apresentação da história e do estado da interseção entre filosofia e feminismo, exemplificando alguns de seus desdobramentos em ética, história da filosofia, epistemologia e filosofia da ciência. Em seguida, aponto para o lugar de Susan Haack nesse mapa geral, relacionando suas críticas à filosofia feminista com os principais pressupostos de seu pensamento. Na segunda parte, reconstruo em maiores detalhes as críticas de Haack, focando primeiro na epistemologia feminista e, a seguir, em termos da filosofia feminista em geral. Apresento também algumas reações às suas críticas à epistemologia feminista. Na terceira parte, forneço uma resposta alternativa às críticas de Haack desde a perspectiva da história feminista da filosofia, atentando especialmente para trabalhos de recuperação de filósofas do passado.<sup>2</sup>

## **1 Críticas Feministas À Filosofia Hegemônica: O Lugar De Susan Haack**

### **1.1 As críticas feministas à filosofia hegemônica**

Foi com a emergência da segunda onda feminista<sup>3</sup>, desde meados dos anos 1960 até os 80, que pautas concernentes à situação das mulheres começaram a adentrar o campo acadêmico/universitário. A teorização de um pensamento propriamente feminista, motivado pelas leituras e discussões realizadas nos famosos grupos de conscientização [consciousness-raising

---

<sup>2</sup> A autora agradece a Gisele Secco pela leitura e comentários na versão inicial do texto.

<sup>3</sup> A segunda onda feminista diz respeito a um período de intensa atividade feminista principalmente nos Estados Unidos e na Europa. As pautas desse período não se restringiram somente a igualdade e direitos, as quais estavam mais presentes na primeira onda, mas enfatizam a opressão estrutural e institucional sofrida pelas mulheres. Estas questões, contudo, ultrapassaram o movimento político e militante de rua, adentrando também o espaço teórico/acadêmico. Assim como as demais disciplinas, a filosofia não ficou isenta de tal influência, o que implicou no surgimento da filosofia feminista (GARDNER, 2006, p. xxvi).

groups] e demais espaços de estudos independentes, ensejou a constituição da disciplina de “Estudo de Mulheres” nas universidades, especialmente em norte-americanas (HOOKS, 2018).

O avanço dos estudos feministas e de gênero permitiu a muitas acadêmicas elaborar críticas a teorias e metodologias, filosóficas e científicas, identificadas como parciais ou enviesadas. Inicialmente, o foco comum na filosofia, nas artes, na história, nas ciências etc. foi à denúncia dos modelos pelos quais mulheres foram ou não consideradas, representadas e atuantes nessas áreas. Notou-se que, geralmente, as mulheres e as imagens do feminino eram enquadradas como inferiores aos homens ou o que quer que fosse culturalmente associado ao masculino. Assim, o pensamento feminista acadêmico nasceu da tentativa de eliminar o androcentrismo e o sexismo da investigação (JAGGAR, 2007, p. viii). Na filosofia, um dos resultados dessa tomada de consciência e reação crítica acarretou o surgimento de uma série de novos modos de fazer filosofia, que caem sob o designador *filosofia feminista*.<sup>4</sup>

Catherine Gardner distingue a filosofia feminista da filosofia dita tradicional, aqui considerada como hegemônica, a partir dos objetivos que orientam cada uma: “a primeira não afirma buscar o conhecimento apenas para seu próprio interesse, mas sim por causa de um objetivo político: identificação e eliminação da subordinação das mulheres” (2006, p. xxiii). Além disso, por reconstruir e informar teoricamente a disciplina, Gardner afirma que a filosofia feminista possui ao mesmo tempo um compromisso propriamente intelectual.<sup>5</sup>

É inegável que o engajamento feminista na filosofia implicou diversas formas de reconstrução e revisão da própria filosofia — seja pela contestação de referenciais epistemológicos, pelo resgate de filósofas do passado, pela elaboração de novos conceitos, metodologias e perspectivas, ou pela introdução de questões até então não-problematizadas pela filosofia no que respeita às mulheres. Ética, epistemologia, filosofia da ciência e história da filosofia feministas estão entre as áreas nas quais algumas destas novas formas são visíveis. No que se segue, algumas delas serão delineadas a partir de exemplos.

### 1.1.1 Ética feminista

Ética *feminista* nomeia uma variedade de abordagens nas quais as individualidades de cada sujeito, com ênfase no gênero, são consideradas como capazes de moldar a faculdade moral. O foco principal da ética feminista consiste em criticar certas teorias morais (como a deontológica e a

---

<sup>4</sup> Outras formas de produção de conhecimento filosófico se desenvolveram durante esta tomada de consciência dentro da disciplina, tais como filosofia africana e filosofia latino-americana, por exemplo.

<sup>5</sup> Em sentido semelhante, de acordo com Valle (2018, p. 245), Ivone Gebara entende a filosofia feminista “como um instrumento de abertura para um mundo de igualdade, justiça e respeito às diferenças”.

utilitarista), as quais desvalorizam elementos de deliberação moral oriundos de circunstâncias particulares e concretas, como o cuidado, a responsabilidade e os sentimentos. Ou seja, não se trata somente de noções gerais e abstratas de bem, direito e justiça. As feministas argumentam que, ao focar apenas em tais noções, elementos que comumente fazem parte do ponto de vista moral das mulheres são negligenciados e mesmo depreciados.

A ética do cuidado, tal como desenvolvida por Carol Gilligan, é um exemplo já clássico de ética feminista. Após realizar uma série de pesquisas e entrevistas, a autora relata, em *In A Different Voice: Psychological Theory and Women's Development* (1982), que geralmente, frente a dilemas morais, meninos e homens tendem a elaborar respostas pautadas em noções de justiça e direitos ao passo que as meninas e mulheres possuem uma atitude mais voltada para o cuidado e responsabilidade. Entendendo essas noções como igualmente importantes, Gilligan questiona o privilégio concedido a noções de justiça e princípios abstratos como indicadores de uma moralidade mais elevada, especialmente nas teorias tradicionais sobre desenvolvimento moral, como a de Lawrence Kohlberg. Gilligan argumenta em favor da tese de que o alcance da maturidade moral resulta da união entre a ética do cuidado e a ética de princípios.

### 1.1.2 Epistemologia e filosofia da ciência feministas

De modo semelhante à ética feminista, a epistemologia e a filosofia da ciência feministas utilizam gênero como uma das categorias fundamentais de análise das formas de obtenção e justificação do conhecimento. A noção basilar da perspectiva feminista é a de um sujeito epistêmico *situado* e, portanto, de um conhecimento situado: um conhecimento que inclui as perspectivas particulares do sujeito (*de gênero*) e que considera como as pessoas (homens e mulheres) podem entender o mesmo objeto de diferentes modos (ANDERSON, 2020). As feministas, portanto, investigam como as relações sociais de gênero moldam a produção de conhecimento, e buscam lidar com problemas como a negligência e a sub-representação das mulheres no processo dessa produção, uma vez reconhecido que suas experiências são comumente desvalorizadas em práticas epistemológicas e científicas tradicionais.

A *teoria do ponto de vista feminista* formulada por Sandra Harding (1991) é uma abordagem teórica que pode ser destacada como um dos principais exemplos de trabalho na área. Harding afirma que pensar desde a perspectiva de grupos sociais tradicionalmente marginalizados — as mulheres, neste caso — levará ao desenvolvimento de novas perguntas, respostas e prioridades de pesquisa,

uma vez que desfrutam de um certo privilégio epistêmico que lhes permite ver problemas de tal forma que os membros do grupo dominante do *corpus* epistemológico-científico (os homens) não veem.

Arelada a esta abordagem está a noção de *objetividade forte*. Contra os críticos, Harding argumenta que sua teoria não abandona a objetividade científica em prol de um relativismo cultural. Pelo contrário: agregar perspectivas diversas nos ajudará a alcançar respostas mais precisas sobre determinados problemas, ou, em outras palavras, uma descrição *mais objetiva* do mundo. Por isso, a inclusão de grupos menos poderosos no escopo da produção do conhecimento é necessária para obtermos um quadro mais completo. Assim, valendo-se da ideia de maximizar a objetividade, a “teoria do ponto de vista feminista pode direcionar à produção de crenças menos parciais e distorcidas” (1991, p. 138).<sup>6</sup>

### 1.1.3 História da filosofia feminista

Outro fruto da união entre feminismo e filosofia, a história feminista da filosofia, por sua vez, possui sobretudo a tarefa de denunciar o apagamento sofrido pelas filósofas mulheres do cânone filosófico hegemônico, buscando superá-lo através da recuperação, organização e subsequente canonização de seus escritos. O motivo que explica a parcialidade dos nomes integrados ao registro histórico é claro para a maioria das feministas: sexismo.<sup>7</sup> Para além do fato de que durante séculos as mulheres foram proibidas de participar ativamente da vida pública, como nas instituições formais de educação, tal motivo também teria operado como um critério de exclusão desde *dentro* da filosofia.

Waithe (2015) fornece boas evidências para fundamentar esta ideia. Ao contrastar antologias e enciclopédias elaboradas por historiadores antigos, modernos e contemporâneos, a autora observa que filósofas, antes presentes, foram perdendo espaço nas histórias da filosofia no decorrer do tempo. *Vida e Doutrina dos Filósofos Ilustres* de Diógenes Laércio, assim como o *Historia mulierum philosopharum* compilado por Gilles Ménage na modernidade, por exemplo, nos apresentam contribuições de diversas filósofas. Já nas principais obras de história da filosofia do século XX, cuja autoria remete a nomes como Frederick Copleston e Paul Edwards, o mesmo não acontece: ou as filósofas são omitidas, ou não são de fato representadas enquanto tais (p. 24-27).

Se as filósofas ganharam destaque na antiguidade e no início da modernidade, por que os historiadores contemporâneos, mesmo tendo conhecimento das mesmas, as ignoraram? Motivada por esta questão, Waithe afirma que o critério de exclusão não foi arbitrário. O problema está nos

---

<sup>6</sup> Para uma visão geral do campo da epistemologia feminista, ver Janack (2020), para uma discussão mais específica, ver Scheman (2020).

<sup>7</sup> Waithe (2020) enquadra também o *racismo* como um dos fatores de exclusão de pensadores(as) do cânone filosófico.

compêndios que moldaram o panorama filosófico que conhecemos, estudamos e usufruímos hoje, ou seja, o *cânone*. Ao negligenciar as pensadoras, os compêndios a partir dos quais os participantes do cânone são selecionados acabam refletindo uma visão parcial, incompleta, falsa e desonesta da história da filosofia. Portanto, possibilitar o retorno de figuras significativas que entretanto foram relegadas à margem da disciplina é uma das tarefas mais fundamentais da revisão feminista. Ao realizá-la, historiadoras e historiadores estão, a um só tempo, suspendendo as crenças de que não existem mulheres filósofas ou que, se existem, não são importantes (WITT & SHAPIRO, 2021).

## 1.2 Susan Haack e os temas de sua filosofia

Embora a filosofia feminista seja uma abordagem em processo de crescente consolidação e difusão, diversas críticas contestam sua plausibilidade. Kuhnen e Zirbel (2020) destacam três: a primeira problematiza o seu suposto caráter militante e ideológico “pró-mulheres”, que caminharia na contramão de princípios essenciais à investigação — como a objetividade, a neutralidade, o desinteresse e a universalidade. A segunda aponta sua tendência interdisciplinar como um problema. A terceira questiona se realmente seria uma área própria da e relevante para a filosofia, uma vez que suas questões parecem já ter sido, outrora, objeto de estudo da disciplina. A mais frequente dentre elas, afirmam as autoras, é a primeira, que a partir de agora será o nosso foco.

Filósofos(as) que desaprovam a filosofia feminista nesse sentido geralmente entendem a filosofia como um empreendimento intelectual que consiste em uma investigação isenta de influências externas. Este é o caso de Susan Haack (1999; 2011; 2012; 2013; 2020). Haack é uma das mais severas críticas da filosofia feminista<sup>8</sup> justamente por defender que a investigação filosófica deve ser livre de valores contextuais (sociais, morais ou políticos). Nessa perspectiva, portanto, os valores feministas devem ser excluídos (HAACK, 2020).

Os motivos para a recusa de Haack à filosofia feminista se alinham à sua filosofia como um todo. Mesmo sem considerar em detalhe seu percurso intelectual, podem-se sublinhar algumas de suas preferências teóricas. Para tanto, apresento brevemente os temas dos quais ela se ocupa, a tradição na qual está inserida, e os principais autores com os quais dialoga. Ao final desta seção, veremos que o posicionamento de Haack acerca da filosofia feminista resulta diretamente desse diálogo.

---

<sup>8</sup> Haack faz uma distinção entre “filósofa feminista” e “filósofa e feminista”, afirmando se enquadrar na última, uma vez que não se vale da categoria de gênero em suas teorizações. Aqui estão implicadas duas concepções também distintas de feminismo: um feminismo novo, que é “ambicioso/imperialista”, pois enfatiza o ponto de vista da mulher (como no caso da filosofia feminista), e um feminismo à moda antiga, mais “modesto”, que se basta na defesa da igualdade de direitos entre homens e mulheres, do qual Haack afirma ser adepta (2011, pp. 201-202).

Formada na tradição da filosofia analítica estadunidense, a trajetória de Haack é marcada por seu engajamento com temas e problemas de lógica, filosofia da ciência, filosofia do direito, mas, sobretudo epistemologia desde a perspectiva pragmatista. Dentre os autores da tradição, Charles Sanders Peirce figura como sua principal influência. William James, John Dewey e os integrantes das gerações mais recentes do pragmatismo aparecem de modo secundário. Os chamados neopragmatistas são seus alvos críticos, especialmente Richard Rorty.

Dados os propósitos deste estudo, destaco uma das discussões centrais ao pragmatismo, a saber, aquela que diz respeito aos conceitos de “verdade” e “realidade”. Em linhas gerais, para Peirce, o real se define independentemente da mente do sujeito, isto é, das construções que fazemos dele. A realidade, portanto, é objetivamente alcançada por meios experimentais, o que nos conduz imediatamente ao conceito pragmatista de verdade. De acordo com a chamada *máxima pragmática*, “o significado de um conceito deve ser dado pela referência às consequências ‘práticas’ ou ‘experimentais’ de sua aplicação.” (HAACK, 2002, p. 776). O conceito pragmatista de verdade se relaciona de modo peculiar com o fim da investigação científica e com o método científico, sendo ele mesmo, condicionado pela adequação instrumental à realidade (Ibid., p. 777).

Do outro lado do espectro pragmatista está Rorty e sua concepção crítica do conhecimento como representação, ou seja, do conhecimento como um tipo de espelhamento mental do mundo exterior. Ora, uma tal concepção figura como o extremo oposto da concepção pragmatista clássica de Peirce, cuja perspectiva realista garantia, em alguma medida, a possibilidade de acesso à verdade através de métodos científicos bem definidos.

“Pragmatismo” na abordagem de Rorty aparece então justamente como oposto a “realismo”. O seu neopragmatismo assume, portanto, uma posição relativista com relação à justificação epistêmica, uma vez comprometido com a tese de que nossas evidências não são objetivamente fundadas em uma realidade absoluta. Ao contrário, trata-se inteiramente de uma questão de convenção, de meros condicionamentos conversacionais (Ibid., pp. 783-784).

As ideias de Rorty fogem totalmente do que Haack defende. Em sentido semelhante à Peirce, ela parte do pressuposto de que,

[...] não obstante a pluralidade (dos sistemas lógicos, dos métodos válidos em filosofia, dos tipos legítimos de investigação empírica, dos caminhos que nos conduzem à verdade, dos diferentes vocabulários e das diferentes descrições do mundo), não é plausível concebermos a possibilidade de que diferentes culturas, indivíduos ou teorias possam propor concepções rivais igualmente verdadeiras acerca do real. (HERDY, 2011, p. 8)

Ficam evidentes, portanto, os principais motivos pelos quais Haack adota o pragmatismo peirciano e se distancia de Rorty: a realidade e a verdade são únicas e objetivas. Não há espaço para



relativismos e pontos de vista inconciliáveis. Será justamente essa a razão pela qual, além de neopragmatistas, filósofas feministas figuram como suas “inimigas intelectuais” (Ibid., p. 9). Embora com focos distintos, o traço comum entre ambos é a problematização da noção de objetividade científica.

Feministas, em especial as epistemólogas, suspeitam sobretudo das seguintes alegações subscritas por tal noção: a de que a realidade existe independentemente da mente dos sujeitos; a de que o conhecimento é universal; e a de que existe uma distância entre sujeito e objeto do conhecimento (ANDERSON, 2020). Em grande parte, a consequência da crítica feminista aponta para a impossibilidade de um conhecimento universalmente verdadeiro, uma vez que a própria noção de conhecimento é colocada em perspectiva: o que cada sujeito conhece é determinado pela sua localização e vivências sociais. Dito de outro modo, não existe uma “verdade” única e objetiva. O conhecimento humano é relacional e, portanto, é possível entender o mesmo objeto sob pontos de vista distintos.

A “visão a partir do nada” empregada pela epistemologia dita tradicional, supostamente objetiva, desinteressada e imparcial, de fato, reflete perspectivas bastante particulares: a de homens brancos, heterossexuais, ocidentais, urbanos e não pertencentes à classe trabalhadora. Esta visão predominante está comprometida com valores e atravessada por manifestações do *poder* de quem a produz. É necessário reconhecer, portanto, que uma investigação livre de valores se constitui não somente em um ideal, mas em uma ilusão. A saída proposta pelas feministas, na leitura de Haack, seria substituir os valores “ruins/regressivos” pelos “bons/progressistas” (2011, p. 185), sendo o feminismo um representante legítimo dos mesmos.

Esse posicionamento dos “Novos Cínicos” é então contrastado com o dos “Antigos Deferencialistas”. Enquanto os primeiros veem operações de poder ou política em todas as afirmações científicas, os últimos as aceitam acriticamente enquanto autoridade epistêmica máxima (1999, pp. 187-188). Haack afirma que, por serem igualmente exagerados, nenhum dos posicionamentos é defensável. É verdade que a ciência pode ser contaminada por preconceito ou partidarismo, mas disso não se segue que devemos rejeitá-la enquanto uma instituição irracional, tampouco alegar que valores políticos, sociais ou morais “progressistas” devem influenciá-la (2011, pp. 183-185). Agora que os posicionamentos de Haack em termos gerais foram apresentados, veremos em maior detalhe suas críticas à epistemologia feminista.

## 2 Haack Sobre “Epistemologia Feminista”: Reconstrução e Principais Respostas

### 2.1. Uma reconstrução das críticas

É em “Conhecimento e pesquisa advocática: reflexões de uma velha feminista” (2011), um de seus mais famosos artigos, que Haack delinea suas principais críticas à epistemologia feminista. Como boa seguidora do pragmatismo da primeira geração, ela retoma as ideias de Peirce e as incorpora, implícita ou explicitamente, às suas teorizações epistemológicas. Seu conhecido título de “*lady of distinctions*”, portanto, não lhe é atribuído sem justificativa, pois veremos que Haack herda muito da tradição analítico-pragmatista ao prezar por definições bem estabelecidas e não conceder abertura para quaisquer relativismos.

Para Haack (2011, p. 202) a epistemologia feminista é insustentável em seu sentido mais fundamental. É como se o termo fosse, em si, contraditório, pois suas partes constituintes possuem objetivos conflitantes. Garavaso (2018) explica o pensamento pressuposto aqui: a epistemologia é uma área preocupada com as condições do conhecimento dos seres humanos como tais. O objetivo de quem trabalha com epistemologia, desse modo, é “encontrar o melhor caminho para a verdade.” As feministas, por sua vez, voltam seus interesses a um gueto, cujo objetivo é “criar a melhor situação social para as mulheres.” (p. 172) Uma epistemologia dita feminista não pode ser uma verdadeira epistemologia, portanto, pois seu empreendimento não é neutro nem imparcial.

Como parece admitir diversas definições do que conta como tal e de quais questões se ocupa, Haack também julga a epistemologia feminista como confusa. Não há consenso, por exemplo, a respeito de qual é a teoria da justificação e da verdade de crenças que as feministas subscrevem, ou quais aspectos do conhecimento realmente enfatizam. Qualquer tentativa de resposta acerca do que precisamente seria uma “epistemologia feminista”, segundo Haack, também recai em vagueza e confusão (2011, p. 202).

A filósofa sustenta que a epistemologia feminista é perigosa, pois reintroduz estereótipos sexistas ao declarar a existência de uma sabedoria específica das mulheres, que seria mais emocional e voltada ao cuidado. Um dos exemplos que Haack traz para ilustrar seu ponto é a teoria moral desenvolvida por Carol Gilligan. A acusação aqui é de que uma epistemologia que se diz feminista é também essencialista. Não há um modo de saber especificamente feminino ou masculino, defende Haack; existe uma sabedoria que é comum aos seres humanos como tais. Qualquer possível diferença existente é meramente consequência de diferenças individuais, não oriundas do ou definidas pelo gênero (2011, p. 204).

Para Haack, todo valor que não seja epistemológico — como o comprometimento com a verdade, a integridade e a honestidade intelectual — deve permanecer fora da investigação<sup>9</sup> a fim de não a distorcer (2013, p. 8). Por isso, o principal motivo que a faz rejeitar a epistemologia feminista é a promoção de uma investigação “politicamente correta”, isto é, informada por valores políticos, e admitir que eles determinem a aceitação ou não de uma teoria. Desde esse ponto de vista, a epistemologia feminista seria também desonesta.

Aqui Haack traz à luz o argumento da *subdeterminação das teorias* tal qual elaborado por Helen Longino – o qual afirma ser plausível recorrer a preferências políticas no processo de admissão ou não de uma teoria quando “há um inevitável excedente [*slack*] com relação às quais teorias serão aceitas” (2011, p. 207). Argumentar em sua defesa é arriscado, afirma Haack, sobretudo porque pode implicar a primazia de interesses particulares frente às evidências obtidas pela investigação.

De acordo com esta perspectiva, “haveria uma epistemologia feminista genuína se a ideia pudesse ser legitimada *de que valores feministas deveriam determinar quais teorias são aceitas*” (Ibid., p. 207). É como se tal epistemologia acolhesse apenas conclusões consonantes com a causa feminista e, por outro lado, restringisse as que não a apoia. No entanto, nos casos em que as evidências se mostram insuficientes, a atitude mais correta a ser tomada pelo(a) investigador(a) é suspender o julgamento, e não aceitar ou rejeitar uma teoria tendo por base preferências meramente políticas (Ibid., p. 208).

O risco de comprometer a investigação democrática e livre é, para Haack, outra consequência de politizá-la. Ela relembra pesquisas realizadas em regimes totalitários, como a “física nazista” ou a “biologia soviética” que não objetivavam alcançar a verdade, mas sim promover suas agendas políticas. Para Haack, o mesmo ocorre na investigação feminista (2011, p. 213; 2020, p. 185).

Na visão de Haack, as epistemólogas feministas deliberadamente confundem as esferas normativa e descritiva. O que estaria em jogo aqui é a possibilidade de derivar um “ser” do “dever ser”, isto é, derivar “fatos” a partir do que desejam ser o caso (Ibid., pp. 208-209). Além dos demais problemas referidos, portanto, a admissão de valores contextuais na investigação poderia também contaminá-la por meio de pensamento desejoso.

Em síntese, o projeto epistemológico-feminista é falho, pois seu rótulo é impreciso e mal concebido, além de ser perigoso e tendencioso por conter a ideia de que a investigação deve ser

---

<sup>9</sup> Ao examinar as abordagens feministas, Haack não faz uma distinção fina entre epistemologia e filosofia da ciência. Como as mesmas críticas são direcionadas a ambos os campos, na maior parte das vezes a autora emprega os termos “investigação” e “conhecimento” em um sentido mais geral, embora por vezes utilize “ciência”. O mesmo será mantido aqui.

politizada. Assim, revela-se como prejudicial para a epistemologia, para as mulheres e, finalmente, para a humanidade (pp. 201-213). Haack se posiciona desse modo desde o início dos anos 90 e, como evidenciado por um de seus artigos mais recentes (2020), permanece constante mesmo frente a diversas respostas recebidas, as quais estão expostas na seção 2.2.

Embora sua ênfase consista nas abordagens feministas à epistemologia, Haack se pronuncia em termos gerais, de modo que critica a filosofia feminista *como um todo*. Ela a caracteriza enquanto um campo limitado pela ideia de que o trabalho filosófico deve ser conduzido de forma a promover justiça social e os interesses das mulheres. Como referido, uma “investigação feminista”, na visão de Haack, não é séria nem honesta, uma vez que prioriza defender as mulheres disfarçadamente, ao invés de se engajar na busca pela verdade *per se*. Portanto, reunir valores feministas com o processo investigativo é deliberadamente politizá-lo, o que significa corrompê-lo (2020, p. 185).

Mas além de prejudiciais para a investigação filosófica, tais valores seriam, antes de tudo, *irrelevantes*. Por isso, devem permanecer no lugar que lhes é devido: na defesa de direitos (ou “advocacia”), na lei e na política. Fora destas esferas, como na investigação filosófica, não devem ser utilizados; portanto, os(as) filósofos(as) não devem se valer de uma metodologia que os contenham, como as chamadas “metodologia feminista” ou “método feminista”.

Haack chega a essa conclusão sobretudo por duas vias argumentativas: primeiro, em razão da imprecisão conceitual subjacente à tentativa de executar uma investigação feminista. O que, de fato, contaria como metodologia e método feminista uma vez que o próprio entendimento do que seja feminismo ou valores feministas ainda se encontra em disputa? Haack afirma que a ideia de método feminista é um conceito “vago, ambíguo e mal definido” e que uma rápida busca por bibliografias e definições é suficiente para confirmar tal imprecisão (Ibid., p. 184). Segundo, pelo argumento de que a função do trabalho filosófico não é fazer justiça social e promover os interesses de um gueto específico, mas sim descobrir coisas (Ibid., p. 134). A conclusão, em síntese, se mantém: os valores feministas são perigosos e insignificantes para o trabalho realizado na filosofia.

## 2.2 Principais reações

Os posicionamentos de Haack foram rigorosamente criticados por epistemólogas feministas (ANDERSON, 2004; ANDERSON, 1995; NELSON & NELSON, 2016; ANDERSON, 2020). Elas afirmam que as ideias de que as feministas negam a objetividade, a ciência, as evidências, os requisitos de uma investigação genuína, e aceitam acriticamente teorias sobre supostas especificidades femininas: 1) pressupõem uma leitura equivocada do projeto epistemológico-

feminista ou 2) correspondem a um período bastante específico do campo — o de sua formação no início anos 1980 — em grande parte já reexaminado (ANDERSON, 2020). Tais posicionamentos ajudam a gerar uma visão caricata da epistemologia feminista bem como ignoram desdobramentos e melhoramentos do campo.

Ao fazer uma revisão mais detalhada, Elizabeth Anderson (2004) aponta que diversas vezes Haack falha em termos de precisão. Um dos exemplos é a sua crítica ao argumento da subdeterminação de Longino. Haack parece não compreender com clareza a etapa da investigação a que Longino se refere. Ela não está afirmando que valores podem influenciar o contexto da justificação, mas sim o contexto da descoberta do processo investigativo. Explicando de forma mais clara:

Antes que os cientistas comecem a reunir evidências, eles devem fazer várias escolhas críticas, não apenas sobre a parte da natureza que irão investigar, mas sobre as questões que desejam responder, os termos em que irão descrever essa parte da natureza, suas ferramentas de medição e procedimentos para obter dados e assim por diante. Eles fazem essas escolhas à luz de seus objetivos - alguns dos quais, observa Longino, podem ser políticos. Essas escolhas restringem inerentemente, de antemão, as hipóteses que podem ser investigadas. No entanto, essas restrições são pré-condições inevitáveis para o início da pesquisa. [...] Os valores entram nesta fase da pesquisa - o que se convencionou chamar de “contexto da descoberta” - não o contexto da justificação, na medida em que este é entendido [...] como o ponto em que a verdade ou garantia das hipóteses é determinada. (ANDERSON, 2004, n.p.)

Não é o caso, portanto, que considerações políticas possam constranger ou ser preferíveis às evidências obtidas para admitir ou não uma teoria. Como podemos ver a partir da explicação fornecida por Anderson, a acusação de que Longino enseja uma investigação “politicamente correta” no contexto de justificação se baseia em uma interpretação limitada e que ignora as nuances do seu argumento.

A visão da epistemologia feminista enquanto promotora de estereótipos sexistas por alegar uma sabedoria distintivamente feminina também não é precisa, uma vez que não representa o campo da forma em que se encontra atualmente. Como referido, a teoria moral de Gilligan e demais teorias que alegam uma visão específica oriunda de marcadores sociais, como a teoria do ponto de vista feminista, por exemplo, datam dos anos 1980 e foram constantemente revisadas por meio de debates internos ao campo, sendo rejeitadas quaisquer afirmações de que as mulheres *deveriam* pensar de uma forma singular (ANDERSON, 2004).

Além de não representar o estado da arte, a crítica de Haack é limitada às suas possibilidades de atuação. Quer dizer, a epistemologia feminista não se reduz a preocupações sobre o “ponto de vista da mulher” ou os “modos de saber das mulheres”, tampouco todas as epistemólogas feministas defendem este ponto, algo que Haack reiteradamente reforça (2011, p. 203 e 196; 2020, p. 187). Uma

pesquisa, mesmo em bibliografias introdutórias, é suficiente para verificarmos isso, como nos trabalhos de Elizabeth Anderson (2020) e Marianne Janack (2020).

Embora seja o caso para algumas, nem todas as epistemólogas feministas rejeitam ou relativizam a verdade, a objetividade e a ciência, mas sim procuram melhorá-las corrigindo tendências sexistas e androcêntricas nos processos de investigação (ANDERSON, 2020). Harding, como vimos anteriormente, é um exemplo disso. A autora argumenta que a busca pela objetividade não deve ser abandonada. O problema é que ela ainda não é suficientemente rigorosa e que, para fornecer descrições mais precisas do mundo, a busca da verdade deve ser *maximizada* pela inclusão de diversas perspectivas sociais.

Anderson (1995) também contesta as afirmações de que a influência de valores tornaria a investigação desonesta, antidemocrática e atravessada por pensamento desejoso, mostrando que a compreensão de Haack acerca da natureza dos julgamentos de valor é errônea. Por que Haack pressupõe que todos os valores políticos são essencialmente totalitários e que uma investigação informada por tais valores está necessariamente comprometida com um resultado predeterminado? Estas conclusões não se seguem, visto que as feministas objetivam estender os valores democráticos à prática científica e que a conduzem de maneira honesta. Sua crítica ao risco de as feministas derivarem fatos do que desejam ser verdade também não faz sentido, uma vez que *nenhum(a)* pesquisador(a) sério(a) deixa de submeter julgamentos valorativos ao escrutínio crítico baseado em argumentos e evidências (pp. 34-35).

Jack e Lynn Nelson (2016, p. 487) concordam que algumas posições da epistemologia feminista são divergentes, mas criticam Haack por demandar homogeneidade das feministas no que toca às teorias de justificação e verdade de crenças. Os autores recordam que também encontramos dentre os(as) chamados(as) epistemólogos(as) tradicionais uma pluralidade de teorias das quais são adeptos(as) (fundacionalistas, coerentistas, fundarentistas, contextualistas, epistemólogos sociais etc.)

Finalmente, Nelson & Nelson (Ibid., pp. 487-488) também argumentam que a suspeita de Haack acerca da “validade epistemológica” da epistemologia feminista não é relevante. O que é relevante é analisar se as novas questões e pontos de vista que as feministas trazem auxiliam no aperfeiçoamento de problemas abordadas pela epistemologia tradicional, e vice-versa. Sendo este o caso, os autores entendem que os campos são capazes de se informarem e, como resultado, positivamente progredirem.

Tendo em vista todas as críticas traçadas por Haack, no que se segue, questiono as seguintes: as filósofas feministas não estão interessadas na verdade? Suas investigações têm a intenção de

somente promover justiça social e os interesses das mulheres? As filósofas feministas fazem uma defesa disfarçada das mulheres, e não “descobrem coisas”? Uma investigação informada pelo feminismo consiste em uma investigação desonesta, parcial e antidemocrática?

As alegações de Haack parecem não se sustentar, não somente como já apontado pelas reações com as quais concordo, mas também se considerarmos o engajamento feminista na história da filosofia — consideração que, até onde tenho conhecimento, ainda não faz parte das respostas à autora. Na próxima seção, ofereço um argumento em favor da pertinência da perspectiva feminista na história da filosofia.

### **3 Uma Resposta Alternativa: A História Feminista da Filosofia**

#### **3.1 O feminismo e a história da filosofia**

O engajamento feminista com a história da filosofia<sup>10</sup> aparece em diversas frentes. Witt & Shapiro (2021) oferecem um panorama geral, dividindo-o em quatro momentos: no primeiro, que inaugura tal engajamento, as historiadoras retomam filósofos canônicos para expor a misoginia explícita em seus escritos (como no *Emílio* de Rousseau ou em *A Arte de Lidar com as Mulheres* de Schopenhauer) bem como para discutir possíveis implicações de gênero em seus conceitos e teorias (como matéria e forma em Aristóteles). Uma vez identificados preconceitos sexistas em tais textos, as feministas questionam se eles estariam implicados no cânone em um todo (por exemplo, no modo como a tradição filosófica representa a *razão* enquanto masculina e conseqüentemente superior à *emoção*, associada ao feminino).

Há também a frente de trabalho que extrai o lado positivo dos escritos dos filósofos canônicos. De modo criativo, algumas historiadoras se apropriam das ideias de diversos pensadores a fim de avançar questões da teoria feminista, de modo que tais apropriações ocorrem independentemente do(a) pensador(a) já ter abordado questões feministas. A série de livros *Re-reading the Canon*, coordenada por Nancy Tuana, é um bom exemplo disso.

O mais significativo empreendimento das historiadoras feministas nas últimas décadas tem sido a recuperação das filósofas do passado, desde as pitagóricas até as avós da filosofia contemporânea (seja na tradição continental ou da filosofia analítica). Foi a partir do questionamento da suposta inexistência de filósofas e de um intenso trabalho historiográfico realizado por acadêmicas

---

<sup>10</sup> De acordo com a literatura aqui utilizada, durante todo este artigo estou me referindo à história da filosofia *ocidental*.

feministas que hoje conhecemos quase duzentas mulheres presentes no compêndio da disciplina.<sup>11</sup> O impulso inicial para tais pesquisas é atribuído a Waithe que, nos anos 1980, coordenou a pesquisa resultante nos quatro volumes de *A History of Women Philosophers* (1987, 1989, 1991, 1995), material que apresenta cento e vinte e seis filósofas do período antigo ao contemporâneo e que contribuiu substancialmente para o início da correção histórica em torno do apagamento das mulheres na história da filosofia.<sup>12</sup>

Conforme já mencionado na seção 1. 1. 3, a causa para a baixa ou inexistente presença de mulheres em enciclopédias, antologias, currículos e planos de ensino da disciplina é dupla: a primeira, externa à filosofia, diz respeito às dificuldades das mulheres em acessar espaços de formação, como universidades, em publicar em seus próprios nomes, em ter disponibilidade de participar da vida pública – uma vez reconhecida as demandas e os limites impostos pela esfera privada. A segunda, interna à filosofia, refere-se ao apagamento deliberado das filósofas do registro histórico por parte daqueles que o escrevem.

O trabalho de recuperação mostra que embora o acesso aos espaços intelectuais tenha sido muitas vezes restrito, também houve eras, circunstâncias e instituições que permitiram a participação das mulheres, de modo que seus pensamentos e produções não sofreram total constrangimento (HAGENGRUBER, 2015, p. 36). É graças a este esforço que hoje conhecemos nomes e os trabalhos de Teano, Hipátia de Alexandria, Aspásia de Mileto, Christine de Pizan, Heloísa de Argenteuil, Hildegarda de Bingen, Elizabeth de Bohemia, Marie de Gournay, Anne Conway, Margaret Cavendish, Emilie du Châtelet, Edith Stein, Simone de Beauvoir, Nísia Floresta, Lélia González, Maria Lacerda de Moura, para mencionar apenas algumas, e as *reconhecemos* enquanto genuínas participantes da prática filosófica.

Esse trabalho de resgate, entretanto, pressupõe ainda outro, uma vez que não basta focar na recuperação das filósofas sem pensar em como fazê-lo (GARDNER, 2012, p. 5). Dito de outro modo, a suspensão da crença de que mulheres filósofas inexistiram ou foram desimportantes desafiou a investigação filosófica em seus sentidos metodológicos, provocando as seguintes questões: “que tipo de metodologia da história da filosofia a recuperação de mulheres filósofas implica?” (WAITHE, 2020) Qual é o meio mais adequado de fazer história da filosofia no que respeita às filósofas? Os

<sup>11</sup> Este número é uma média oferecida por Waithe (2015, 2020).

<sup>12</sup> Desde então, uma larga extensão de trabalho tem sido feita no sentido de proporcionar abertura e reconhecimento às suas vozes. O *Project Vox*, *Center for the History of Women Philosophers and Scientists*, *Rede Brasileira de Mulheres Filósofas*, *Vozes Femininas na Filosofia*, *Escola As Pensadoras*, *Projeto Uma Filósofa por mês* e o *Blog Mulheres na Filosofia* são algumas iniciativas de pesquisa e ensino que merecem destaque.



métodos historiográficos tradicionais (filosófico e histórico) são suficientes para esta atividade?<sup>13</sup> Muitas pensadoras têm desenvolvido intensas conversações e uma frutífera literatura sobre métodos feministas de recuperação de filósofas (FREELAND, 2000; GARDNER, 2012; HUTTON, 2015; O'NEILL, 2019; WAITHE, 2020; WITT, 2020).

A quantidade de novos nomes e obras resultantes desta recuperação também levanta questões acerca de como e por que as incluir ao cânone: quais critérios devem ser utilizados no processo de canonização das filósofas e suas obras? (SHAPIRO, 2006; WITT, 2006; WAITHE, 2015; HUTTON, 2020; HAGENGRUBER, 2020) Um cânone específico das mulheres filósofas deve ser elaborado? (WAITHE, 2015; HAGENGRUBER, 2015) Quais gêneros textuais podem ser considerados filosóficos? Romances, poesias, cartas, orações? (DA SILVA, 2020). Todos estes questionamentos representam algumas das reflexões metodológicas da pesquisa em história da filosofia, descrita por Witt e Shapiro como a quarta frente de trabalho das feministas.

Tendo como pano de fundo esses trabalhos, Witt (2020) argumenta que as historiadoras feministas estão engajadas em um “projeto de reconhecimento”, o qual engloba aspectos epistêmicos e políticos. O epistêmico resulta no ato de *perceber* que algo existe e o político de conceder *validade* ou valor àquilo que foi reconhecido como existente. Para Witt, especialmente o processo de recuperação das filósofas do passado reflete estes aspectos, uma vez que ele “argumenta não apenas pela existência das mulheres filósofas, mas também pela sua validade enquanto tais” (p. 23). Por considerá-lo único e o mais distintivo dos movimentos filosóficos contemporâneos, ela sugere que o método “feminista” seja adicionado a tipologia de métodos de trabalho na história da filosofia.

Dentre todos os tipos de engajamento feminista com a história da filosofia, quero dar destaque à empreitada de recuperar e reintegrar as mulheres filósofas no cenário filosófico geral. Argumento que ao conhecer, recuperar, estudar, traduzir e realocar figuras que foram postas à margem da disciplina, estamos tornando-a mais rica, completa e fiel aos acontecimentos históricos. Ao fazê-lo, estamos descobrindo novas ideias e contribuições à metafísica, à ética, à epistemologia, à política, à fenomenologia, à educação, e aos demais campos da filosofia.<sup>14</sup>

<sup>13</sup> Ver, principalmente, Gardner (2012) e Hutton (2015). O método histórico é também chamado de *contextualista* (WITT, 2020) ou *exegético* (FREELAND, 2000). O filosófico é também denominado de *polemista* (GRACIA, 1991 apud GARDNER, 2012) ou *do apropriação* (WITT, 2020).

<sup>14</sup> Estas que são importantes *independentemente* de serem úteis ao debate atual. Isto é, tais ideias e contribuições não podem ser valorativamente julgadas a partir de lentes e interesses contemporâneos. Se este fosse o caso, seria possível argumentar contra a utilidade de recuperá-las, uma vez que os problemas tratados e as teses defendidas provavelmente hoje são obsoletas. Mas não é desta forma que a história da filosofia é escrita, tampouco como os textos são canonizados. Se assim o fosse, as doze categorias epistemológicas de Kant ou os argumentos cartesianos para provar a existência de Deus não seriam mais estudados (PETTERSEN, 2017, p. 11). Dado que a busca é por um conhecimento histórico mais acurado, fazer história da filosofia como defendido aqui implica afirmar que devemos compreender os(as) filósofos(as) em seus próprios termos e que, portanto, todas estas ideias e contribuições possuem valor intrínseco. Pugliese (2019) argumenta no mesmo sentido. A autora afirma que devemos entender a história da filosofia como

Tais ações são importantes porque, conforme já mencionado, a história da filosofia que encontramos nos compêndios atuais é parcial, enviesada, falsa – justamente por não abranger as contribuições das mulheres filósofas, que estiveram em diálogo com seus pares homens ao longo de toda a história da filosofia ocidental.<sup>15</sup> O cânone hegemônico engendra uma compreensão equivocada do que ocorreu no passado: ele é “distorcido, confuso, ilógico, falso, errôneo” (WAITHE, 2020, p. 5). Ou seja, não há como defender uma narrativa filosófica como genuína quando a outra metade de seus participantes não está presente nos materiais cuja pretensão é retratá-la (em antologias, enciclopédias, currículos etc.). Assim, o processo de recuperar e canonizar as contribuições das filósofas consiste não apenas em corrigir a grande falha política cometida contra elas, mas também de permitir um mais preciso, um genuíno conhecimento da própria história da filosofia.

Uma vez reconhecida a parcialidade de gênero do cânone filosófico, constata-se que a história que nos foi ensinada não corresponde aos  *fatos* (HAGENGRUBER, 2020, p. 43). Por isso o processo de recuperação e canonização das filósofas também se mostra importante na dimensão pedagógica. Waithe (1989) afirma que “disciplinas sobre história da filosofia que excluem contribuições feitas por mulheres não podem reivindicar legitimamente o ensino desta história”, pois transmitem uma explicação enviesada e incompleta (p. 132). Podemos citar aqui exemplos com todos os períodos: uma disciplina de história da filosofia antiga que trabalhe Pitágoras e negligencie as filósofas pitagóricas, como Temistocleia; uma disciplina de história medieval que abrange Abelardo e não Heloísa, ou Agostinho e não Christine de Pizan; moderna, que exaustivamente trabalhe Kant sem ao menos referenciar Émilie Du Châtelet, Anne Conway, Margaret Cavendish, ou leia Descartes sem citar Elisabeth da Bohemia; e contemporânea, que compreenda o existencialismo de Sartre mas não o de Beauvoir, ou apresente diversos fenomenólogos deixando Edith Stein de lado.<sup>16</sup>

Isso não significa afirmar que as filósofas devem ser incluídas nos currículos e planos de ensino  *apenas porque são mulheres*, ou seja, como se fosse meramente uma questão de fazer justiça social. Significa, sim, afirmar que as filósofas foram excluídas porque são mulheres, e que sua integração opera como uma das condições para transmitir um conhecimento mais verdadeiro dos desdobramentos históricos. No que toca às mudanças práticas, Waithe (2020, p. 16) argumenta a favor de uma expansão do tempo e do número de disciplinas de história da filosofia para incluir as contribuições das filósofas. Reivindicar a presença e implementar a inserção das filósofas nas práticas

---

dinâmica, na qual passado e presente seguem um contínuo diálogo. Entendê-la desse modo tanto nos possibilita uma visão mais completa da filosofia quanto uma abertura para incluir filósofas e filósofos de tradições apartadas do registro europeu no cânone.

<sup>15</sup> Minha abordagem, contudo, ainda é bastante limitada, uma vez que por razões de espaço, escopo e literatura utilizada acabo não incorporando filósofas de outras tradições e geografias, como asiáticas, africanas etc.

<sup>16</sup> Gardner (2006, pp. xvii-xxi) oferece uma cronologia histórica que inclui filósofos e filósofas.

de ensino é importante porque aquilo que vai ficar assentado como história para as futuras gerações depende das escolhas pedagógicas que tomamos hoje (DA SILVA, 2020). Uma vez que recorreremos ao cânone para fazê-las, precisamos de um cânone justo, inclusivo, mas sobretudo *verdadeiro*.<sup>17</sup>

O meu argumento, portanto, defende que uma investigação informada pelo feminismo mostra o oposto do que Haack suspeita e acusa. Isto é, a recuperação e canonização de mulheres filósofas, cujo método é feminista em um sentido amplo do termo, não consiste em uma investigação totalitária, parcial, desonesta, que almeja somente promover os interesses das mulheres e fazer justiça social, e que não preza pela verdade. Pelo contrário, é justamente a partir dela que obtemos um conhecimento mais verdadeiro, democrático, imparcial e honesto da história da nossa disciplina.

### 3.1.1 Considerações adicionais

Também gostaria de esboçar algumas considerações acerca das críticas de Haack da imprecisão conceitual que permeia a investigação feminista. Dado que admite uma pluralidade de respostas, uma definição precisa e universal do termo “feminismo”, é verdade, ainda segue em disputa. É possível questionar, entretanto, se isso constitui um real impeditivo para operarmos filosoficamente com ele. Fazendo uma analogia, a própria natureza da disciplina na qual nos ocupamos enfrenta o mesmo problema: ainda não encontramos uma resposta universalmente consensual para o que se designa por “filosofia”. Trazendo um exemplo mais delimitado, a própria definição de “conhecimento” que, para a epistemologia analítica era unificada até Gettier, atualmente encontra-se em dissenso.

Isso não significa afirmar que a busca por definições precisas de conceitos seja irrelevante ou desnecessária, afirmação que seria controversa à própria atividade filosófica que usualmente fazemos e conhecemos. O que queremos dizer é que é plenamente possível e aceitável dentro da prática filosófica proceder a partir de definições provisórias, uma vez que estes conceitos podem vir a adquirir precisão na medida em que avançam no debate.

Outro problema é que Haack fundamenta seu argumento apenas com base em informações dispostas em dois planos de cursos encontrados online, sem referenciá-los, e na Wikipédia. Com isso, Haack parece ignorar a literatura sobre metodologia feminista compreendida pela filosofia, tais como Harding (1987, 1991, 2004, 2019), Ramazanoglu e Holland (2002), Jaggar (2007, 2014) e as referidas contribuições das historiadoras sobre questões metodológico-feministas.

---

<sup>17</sup> Pugliese (2019, 2020) também oferece importantes reflexões acerca de práticas pedagógicas e a inclusão de mulheres filósofas.

Sucintamente, o que quero dizer é que uma investigação cujo método é feminista mostrou-se pertinente para desmascarar a parcialidade e desonestidade implicada na formação do cânone filosófico hegemônico bem como para identificar e superar o apagamento sofrido pelas mulheres filósofas. Ela é um dos meios pelos quais estamos obtendo uma visão democrática e, mais do que isso, verdadeira dos reais desenvolvimentos históricos da nossa disciplina. No mesmo sentido, Pugliese (2021, n.p.) argumenta que

[...] ler a história feminista da filosofia como sendo um viés e a “verdadeira história da filosofia” como a neutra é um problema de compreensão, a ser superado, acerca do projeto de leitura a partir da chave de gênero. Considerando-se que a história da filosofia é feita da análise de obras e teses que direcionaram a produção filosófica ao longo dos séculos, a história da filosofia que contamos hoje carrega os efeitos de séculos de exclusão das mulheres [...]. Recontar essa história a partir do ponto de vista, dos interesses e da produção de autoras antes tomadas como inexistentes ou coadjuvantes, é contribuir para o desenvolvimento e aprimoramento das narrativas em história da filosofia *per se*. [Assim] a história feminista da filosofia se estabelece como um projeto de enriquecimento da história da filosofia tradicional.

A história da filosofia, valendo-se do feminismo, ao mesmo tempo em que conquistou o objetivo político de romper com o silenciamento das vozes das filósofas, tornou a filosofia mais integral desde o ponto de vista teórico, o que indica uma conquista propriamente intelectual. Sendo assim, a investigação feminista é precisamente o que está nos possibilitando contar uma outra história da filosofia — uma história mais justa e verídica. No que se segue, irei exemplificar tal processo com casos de algumas filósofas.

### **3.2 A recuperação e a canonização de filósofas: alguns exemplos**

O trabalho de resgate nos apresenta, como resultado, as contribuições de filósofas de todos os períodos: com relação à antiguidade, agora temos acesso aos enigmas filosóficos de Cleobulina de Lindos, filósofa que viveu no século VI a.C. (HUESO; JULIÁ, 2021). Conhecemos Teano, Agnote e Damo, filósofas pitagóricas que possivelmente desempenharam um importante papel para o desenvolvimento da escola (WAITHE, 1987, p. 11). Hipátia de Alexandria, que estudou e lecionou na Academia de Alexandria e cuja produção filosófica existente consiste em comentários sobre trabalhos de Ptolomeu e de Diofanto (Ibid., p. 176). Na idade média temos a presença de Hildegarda de Bingen, pensadora dedicada à filosofia, à medicina e à teologia (COSTA, 2012). Christine de Pizan também aparece no cenário medieval, filósofa que em *A Cidade das Damas* faz uma defesa das mulheres contra textos que as difamavam e argumenta que assim como os homens, elas também desfrutaram de racionalidade (SCHMIDT, 2020).

Na modernidade encontramos Mary Wollstonecraft, autora de *Reivindicação dos direitos da mulher*, obra na qual argumenta, contra Rousseau, que tanto os homens como as mulheres devem ser tratados como seres racionais e receber a mesma educação. Wollstonecraft contribuiu significativamente para a filosofia política do período moderno, especialmente no que respeita às questões feministas (BOTTING, 2019). Marie de Gournay, conhecida como editora e comentadora de Montaigne e que, em seu *Égalité des hommes et des femmes*, defendia a igualdade entre os sexos; Elisabeth da Bohemia, a filósofa que criticou e influenciou o desenvolvimento da filosofia cartesiana; e Émilie du Châtelet, filósofa e matemática francesa crítica de Locke, interlocutora de Voltaire e autora de *Institutions de Physique*, tratado que contribuiu para pensar a física da época (HAGENGRUBER, 2015, pp. 38-40).

Em solo brasileiro, podemos citar o trabalho de Gisele Secco e Nastassja Pugliese, que têm se dedicado à obra de Nísia Floresta, educadora brasileira e possivelmente a primeira filósofa feminista do país (2021, no prelo). No mesmo sentido, Camila Jourdan (2020) se dedica ao pensamento de Maria Lacerda de Moura, filósofa precursora do anarcofeminismo no Brasil, bem como Flavia Rios (2020) com seu engajamento no trabalho da filósofa Lélia González, e Katarina Peixoto (2021) retomando os trabalhos de Maria Firmina dos Reis desde o ponto de vista filosófico. A escolha de tais exemplos é arbitrária, é verdade, mas serve para indicar que uma história da filosofia que ignore as contribuições destas e das demais filósofas é uma história incompleta, não verdadeira. Todo este trabalho de recuperação e canonização que foi e está sendo feito desde uma perspectiva feminista contribui, portanto, para aprimorar a narrativa histórica da filosofia como um todo.

## **Conclusão**

Susan Haack sustenta que valores políticos, como o feminismo, são incompatíveis com uma genuína condução da investigação filosófica. Isto porque, quando associados, teríamos como resultado uma investigação corrompida e distorcida - desonesta, parcial, totalitária, cujo objetivo limita-se a promover os interesses das mulheres e fazer justiça social. Tendo isso em vista, meu objetivo foi apresentar algumas respostas a estas críticas, incluindo a minha. Para tanto, primeiramente apresentei a filosofia de Haack em termos gerais e, logo em seguida, associando-a com suas críticas à filosofia feminista, com ênfase nas abordagens feministas a epistemologia. Foi possível mostrar, através disso, que seus posicionamentos a respeito da filosofia feminista têm relação direta da tradição analítico-pragmatista. Logo após, apresentei as principais reações a estas críticas. Foi possível, assim, ver que Haack faz generalizações apressadas e afirmações errôneas acerca da

epistemologia feminista, além de ignorar os desdobramentos do campo. Por último, forneci uma resposta alternativa a Haack desde a perspectiva da história feminista da filosofia, cuja conclusão consiste em afirmar o oposto do que Haack suspeita: é possível conduzir uma investigação filosófica genuína de motivações e métodos feministas.

Se a conclusão fosse enquadrada nos termos de Haack, diria que uma das funções principais do feminismo na filosofia é justamente *descobrir coisas*. Nessa descoberta, que se dá a partir do resgate (trabalho com fontes, traduções, inserções de suas obras em práticas pedagógicas etc.) de filósofas e suas obras, tornamos a filosofia mais completa e fiel e, claro, também mais justa e menos sexista. Com esse estudo, pretendi mostrar que não é o caso que o feminismo impossibilite o alcance da verdade na investigação filosófica, ou que abordagens feministas a torne menos precisa, rigorosa e democrática. Pelo contrário, tomando a história feminista da filosofia como exemplo, acredito poder concluir que o feminismo é efetivamente uma das chaves que viabiliza uma compreensão mais verdadeira da nossa história, ou, retomando Waithe, que é a consideração do papel das mulheres nessa história o que possibilita saber mais precisa e verdadeiramente o que a história da filosofia é – e ainda pode ser.

### Referências bibliográficas

- ANDERSON, Elizabeth. Knowledge, Human Interests, and Objectivity in Feminist Epistemology. *Philosophical Topics*, v. 23, n.2, p. 27–58, 1995.
- \_\_\_\_\_. How Not to Criticize Feminist Epistemology: a Review of Pinnick, Koertge and Almeder, *Scrutinizing Feminist Epistemology*. 2004. Disponível em: <<http://www-personal.umich.edu/~eandersn/hownotreview.html>>. Acesso: 10/08/2021.
- \_\_\_\_\_. Feminist Epistemology and Philosophy of Science. In: ZALTA, Edward (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2020. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2020/entries/feminism-epistemology/>>. Acesso: 10/08/2021.
- BOTTING, Eileen. Wollstonecraft's Contributions to Modern Political Philosophy: Intersectionality and the Quest for Egalitarian Social Justice. In: O'Neill E., Lascano M. (eds) *Feminist History of Philosophy: The Recovery and Evaluation of Women's Philosophical Thought*. Springer, Cham: 2019.
- COSTA, Marcos Roberto Nunes. Mulheres Intelectuais na Idade Média: Hildegarda de Bingen - entre a Filosofia, a Medicina e a Mística. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 35, p. 187-208, 2012.
- FREELAND, Cynthia. Feminism and Ideology in Ancient Philosophy. *Apeiron*, v. 32, n.4, p. 365–406, 2000.

- GARAVASO, Pierrana. Introduction to Feminist Epistemology. In: GARAVASO, Pierrana. (ed.). *The Bloomsbury to Analytic Feminism*. London: Bloomsbury Academic, p. 171-188, 2018.
- GILLIGAN, Carol. *In A Different Voice: Psychological Theory and Women's Development*. Cambridge: Harvard, 1982.
- GARDNER, Catherine Villanueva. Introduction: Empowerment and Interconnectivity: Toward a Feminist History of Utilitarian Philosophy. In: \_\_\_\_\_. *Empowerment and Interconnectivity: Toward a Feminist History of Utilitarian Philosophy*. Penn State University Press, p. 1-32, 2013.
- \_\_\_\_\_. *Historical Dictionary of Feminist Philosophy*. United States of America: The Scarecrow Press, 2006.
- HAACK, Susan. The “Feminist Methodology” Muddle. *Gavagai*, p. 184-187, 2020.
- \_\_\_\_\_. Conhecimento e pesquisa advocatícia: reflexões de uma velha feminista. In: *Manifesto de uma Moderada Apaixonada – ensaios contra a moda irracionalista*. Rio de Janeiro: Edições Loyola, p. 177–199, 2011.
- \_\_\_\_\_. Pragmatism. In: *The Blackwell Companion to Philosophy*. BUNNIN, Nicholas; TSUI-JAMES, E. P. (eds). Blackwell Publishing, 2002.
- \_\_\_\_\_. Defending Science - within reason. *Principia: An International Journal of Epistemology*, v. 3, n. 2, p. 187-212, p. 1999.
- \_\_\_\_\_. Filosofia para dizer o quê? Entrevista concedida à Laura Talchin. Trad. Rachel Herdy. Portal Ciência e Vida, 2013. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/305766402\\_Filosofia\\_para\\_dizer\\_o\\_que\\_Portuguese\\_2013](https://www.researchgate.net/publication/305766402_Filosofia_para_dizer_o_que_Portuguese_2013)>. Acesso: 09/06/2021.
- \_\_\_\_\_. A ciência como uma empresa social? - Sim e não. In: *Manifesto de uma Moderada Apaixonada – ensaios contra a moda irracionalista*. Rio de Janeiro: Edições Loyola, p. 177–199, 2011.
- HAGENGRUBER, Ruth. The Stolen History – Retrieving the History of Women Philosophers and its methodical implications. In: THORGEIRSDOTTIR, Sigridur.; HAGENGRUBER, Ruth. (eds.) *Methodological reflections on Women's contribution and Influence in the History of Philosophy*. Switzerland: Springer, p. 43-64, 2020.
- \_\_\_\_\_. Cutting Through the Veil of Ignorance: Rewriting the History of Philosophy. *The Monist*, v. 98, n. 1, p. 34–42, 2015.
- HASLANGER, Sally.; ÁSTA. Feminist Metaphysics. In: ZALTA, Edward (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2018. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2018/entries/feminism-metaphysics/>>. Acesso: 17/08/2021.
- HARDING, Sandra *Feminism and Methodology*. [S. l.]: Indiana University Press, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Whose Science? Whose Knowledge? Thinking from Women's Lives*. Cornell University Press, 1991.

- \_\_\_\_\_. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org.). *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 440 p.
- \_\_\_\_\_; HINTIKKA, Merrill B. (org.). *Discovering Reality: feminist perspectives on epistemology, metaphysics, methodology, and philosophy of science*. New York, Boston, Dordrecht, London, Moscow: Kluwer Academic Publishers, 2004.
- HERDY, Rachel. Apresentação: as distinções de Susan Haack. In: HAACK, Susan. *Manifesto de uma Moderada Apaixonada – ensaios contra a moda irracionalista*. Trad. Rachel Herdy. Rio de Janeiro: Edições Loyola, p. 7-26, 2011.
- HUESO, Mariana Gardella; JULIÁ, Victoria E. Cleobulina de Lindos. *Blog Mulheres na Filosofia*: São Paulo, 03/03/2021. Trad. Carolina Araújo. Disponível em: <<https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/cleobulina-de-lindos/>> Acesso: 10/08/2021.
- HUTTON, Sarah. “Context” and “Fortuna” in the history of women philosophers: a diachronic perspective. In: THORGEIRSDOTTIR, Sigridur.; HAGENGRUBER, Ruth. (eds.) *Methodological reflections on Women’s contribution and Influence in the History of Philosophy*. Switzerland: Springer, 2020, p. 29-43.
- \_\_\_\_\_. “Blue-Eyed Philosophers Born on Wednesdays”: An Essay on Women and History of Philosophy. *The Monist*, v. 98, n. 1, p. 7–20, 2015.
- HINTIKKA, Merrill B.; HINTIKKA, Jaako. How Can Language Be Sexist?. In: HARDING, Sandra.; HINTIKKA, Merrill B. (eds.). *Discovering Reality: Feminist Perspectives on Epistemology, Metaphysics, Methodology, and Philosophy Science*. Dordrecht: D. Reidel, p. 139–148, 1983.
- hooks, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.
- JAGGAR, Alison *Just Methods: An Interdisciplinary Feminist Reader*. Boulder: Paradigm Publishers, 2007.
- \_\_\_\_\_. (ed.) *Just Methods: An Interdisciplinary Feminist Reader*. 2nd Edition. New York: Routledge, 2014.
- JANACK, Marianne. Epistemologia Feminista. Trad. Gisele Secco e Rafaela Vaccari. *Revista Philia*, v.2, p. 601-635, 2020. DOI:[10.22456/2596-0911.103035](https://doi.org/10.22456/2596-0911.103035)
- JOURDAN, Camila. Feminismo, educação libertária e antifascismo no pensamento de Maria Lacerda de Moura. *Blog Mulheres na Filosofia*, São Paulo, 01/11/2020. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/feminismo-educacao-libertaria-e-antifascismo-no-pensamento-de-maria-lacerda-de-moura/> Acesso: 10/08/2021.
- KUHNEN, Tânia.; ZIRBEL, Ilze. A legitimidade da filosofia feminista: contribuições iniciais à sua importância no Brasil. *Revista Ideação*, v. 1, n. 42, p. 253-271, 2020.
- NELSON, Jack; NELSON, Lynn Hankinson. No Rush To Judgment. *The Monist*, v. 77, n. 4, p. 486–508, 2016.
- O’NEILL, Eileen. Introduction. In: O’Neill E., Lascano M. (eds) *Feminist History of Philosophy: The Recovery and Evaluation of Women’s Philosophical Thought*. Springer, Cham: 2019.



- PATEMAN, Carole. *The Sexual Contract*. Polity Press, 1988.
- PEIXOTO, Katarina. Além do espelho: a busca de uma cartografia filosófica na pesquisa em Maria Firmina dos Reis. Youtube, 17/05/2021. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=QAOUHnB-xwI&ab\\_channel=IIIVozesMulheresnaHist%C3%B3riadaFilosofia](https://www.youtube.com/watch?v=QAOUHnB-xwI&ab_channel=IIIVozesMulheresnaHist%C3%B3riadaFilosofia)> Acesso: 06/06/2021.
- PETTERSEN, Tove. *Texts Less Travelled: The Case of Women Philosophers*, 2017. Disponível em: <<https://philpapers.org/rec/PETTTLT-2>>. Acesso: 17/08/2021.
- PUGLIESE, Nastassja. A Questão do Cânone no Ensino da História da Filosofia. *O que nos faz pensar*, v. 28, n. 45, p. 402-413, 2019.
- \_\_\_\_\_. Sobre o resgate de obras filosóficas escritas por mulheres e algumas implicações pedagógicas. *Revista Philia*, v. 2, n. 2, p. 418-444, 2020.
- \_\_\_\_\_. O que é a história feminista da filosofia? Estado da Arte: Estadão, 08/03/2021. Disponível em: <<https://estadodaarte.estadao.com.br/anpof-pugliese-historia-feminista/>>. Acesso: 08/04/2021.
- RAMAZANOGLU, Caroline; HOLLAND, Janet. *Feminist Methodology: Challenges and Choices*. SAGE Publications, 2002.
- RIOS, Flavia. Lélia Gonzalez. *Blog Mulheres na Filosofia*, São Paulo, 31/03/2021. Disponível em: <<https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/lelia-gonzalez/>> Acesso: 08/08/2021.
- SECCO, Gisele.; PUGLIESE, Nastassja. Teaching Nísia Floresta: mapping the philosophical ground. 2021, no prelo.
- SCHMIDT, Ana Rieger. Christine de Pizan. *Blog Mulheres na Filosofia*, São Paulo, 26/05/2020. Disponível em: <<https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/cristina-de-pizan/>> Acesso: 09/07/2021.
- DA SILVA, Mitieli Seixas da. Breve consideração sobre consciência e memória na história da Filosofia. Youtube, 09/12/2020. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=5s2vI4BNVUI&t=6423s&ab\\_channel=Dafil-UFSM](https://www.youtube.com/watch?v=5s2vI4BNVUI&t=6423s&ab_channel=Dafil-UFSM)> Acesso: 10/12/2020.
- SHAPIRO, Lisa. Some Thoughts on the Place of Women in Early Modern Philosophy. In: ALANEN, L.; WITT, C. *Feminist Reflections on the History of Philosophy*, Netherlands: Kluwer Academic Publishers, p. 219-250, 2006.
- SCHEMAN, Naomi. Epistemologia Feminista. Trad. Rafaela Vaccari e Gisele Secco. *Revista Ideação*, v. 1, n. 42, p. 30-44, 2020. DOI: <https://doi.org/10.13102/ideac.v1i42.5058>
- VALLE, Thaís Chianca Bessa Ribeiro do. Resenha de: GEBARA, Ivone. Filosofia Feminista: uma brevíssima introdução. *Paralellus: revista eletrônica em ciências da religião*, v. 9, n. 20, p. 241-246, 2018.
- WITT, Charlotte. Feminist Interpretations of the Philosophical Canon. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 31, n. 2, p. 537-552, 2006.
- \_\_\_\_\_.; SHAPIRO, Lisa. Feminist History of Philosophy. In: ZALTA, Edward (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2020. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/entries/feminism-femhist/>>. Acesso: 13/08/2021.

- WAITHE, Mary Ellen. On Not Teaching the History of Philosophy. *Hypatia*, v. 4, n. 1, p. 132–138, 1989.
- \_\_\_\_\_. Sex, Lies, and Bigotry: The Canon of Philosophy. In: THORGEIRSDOTTIR, Sigridur.; HAGENGRUBER, Ruth. (eds.) *Methodological reflections on Women's contribution and Influence in the History of Philosophy*. Switzerland: Springer, p. 3-19, 2020.
- \_\_\_\_\_. From Canon Fodder to Canon-Formation: How Do We Get There from Here? *The Monist*, v.98, n. 1, p. 21–33, 2015.
- \_\_\_\_\_. *A History of Women Philosophers*. Volume 1. Ancient Women Philosophers 600 B.C. - 500 A.D. Kluwer Academic Publishers, 1987.
- \_\_\_\_\_. *A History of Women Philosophers*. Volume 2. Medieval, Renaissance and Enlightenment Women Philosophers A.D. 500-1600. Kluwer Academic Publishers, 1989.
- \_\_\_\_\_. *A History of Women Philosophers*. Volume 3. Modern Women Philosophers, 1600-1900. Kluwer Academic Publishers, 1991.
- \_\_\_\_\_. *A History of Women Philosophers*. Volume 4. Contemporary Women Philosophers 1900-today. Springer Science+Business Media Dordrecht Originally, 1995.
- YOUNG, Iris. *On Female Body Experience: "Throwing Like a Girl" and Other Essays*. Oxford University Press, 2005.